

A INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E SEUS DETERMINANTES SALARIAIS: EVIDÊNCIAS PARA OS ANOS 1995 E 2006

Ana Elizabete da Silva Pereira

Professora da Faculdade do Vale do Ipojuca – (FAVIP)
MSc. em Administração e Comunicação/ UFRPE, 2002.
Comunicadora Social/UFPE

Paulo Aguiar do Monte

Professor Adjunto do Departamento de Economia (UFPB).
Doutorado pelo PIMES/UFPE
MSc. em Economia, PIMES/UFPE

Código JEL: J13, J15, J21

Resumo

A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho é uma das características mais marcante da dinâmica do emprego no século XX. No Brasil, a taxa de participação feminina saltou de 55,8%, em 1995, para 63,7% em 2006, o que representou um incremento de mais de 17 milhões de mulheres no mercado de trabalho. Neste estudo, procurou-se abordar e identificar os condicionantes desta elevação e os principais fatores da determinação salarial. Para tal, utilizaram-se dois instrumentos metodológicos: o modelo Probit e o modelo de regressão linear - com a correção proposta por Heckman (1979). A amostra selecionada advém dos microdados da PNAD (1995, 2006), restrita as mulheres com idade entre 16 e 65 anos. Através das análises descritivas e econométricas, pode-se constatar que: 1. Houve uma alteração significativa do perfil da mão-de-obra ocupada feminina, com destaque para a redução do número de filhos vivos por mulher (2,9 em 1995, para 1,9 em 2006) e a elevação do nível de escolaridade (de 7,2 anos de estudo, em 1995, para 8,2 anos em 2006) que contribuíram significativamente para sua inserção no mercado de trabalho, além de serem variáveis críticas na determinação do salário. 2. Não obstante os avanços alcançados, ainda se observam fortes desigualdades regionais que implicam em diferentes níveis de inserção e faixas salariais. Por fim, os resultados comprovam a maior inserção das mulheres e a melhoria das condições de trabalho (tanto em termos salariais quanto em cargos ocupados), embora ainda sejam evidentes os traços de discriminação de gênero e de segmentação regional.

Palavras-chave: Mulher. Trabalho. Salário.

Abstract

The growing participation of women in the labour market is one of the most striking features of the dynamics of employment in the twentieth century. In Brazil, the female participation rate jumped from 55.8% in 1995 to 63.7% in 2006, representing an increase of over 17 million women in the labour market. In this study, sought to address and identify the constraints and the elevation of the main factors determining wages. To this objective, were used two methodological tools: the model Probit and linear regression model - with the correction proposed by Heckman (1979). The selected sample comes from the PNAD (1995, 2006), restricted women aged between 16 and 65 years. Through descriptive analysis and econometric, you can see that: 1. There was a significant change in the profile of the workforce employed women, with emphasis on reducing the number of living children per woman (2.9 in 1995 to 1.9 in 2006) and raising the level of schooling (from 7 , 2 years of study in 1995 to 8.2 years in 2006) that contributed significantly to its integration into the labour market, as well as being critical variables in determining the salary. 2. Despite progress, were still observed strong regional inequalities involving in different levels of integration and pay bands. Finally, the results show the biggest integration of women and improvement of

working conditions (both in pay and in positions occupied), but are still evident traces of discrimination, gender and regional targeting.

Key-Words: Woman. Labour. Wage

A inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro e seus determinantes salariais: evidências para os anos 1995 e 2006

1. Introdução

Nas últimas décadas, as características demográficas do mercado de trabalho brasileiro se alteraram significativamente; em especial no que respeita à participação da mulher no mercado de trabalho. A inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro trouxe inúmeras transformações sociais e culturais ao País, principalmente em relação ao comportamento das mulheres, que, cada vez mais, reduz o tempo destinado às tarefas domésticas em troca de atividades mercantis, assumindo a condição de chefe-de-domicílio e exigindo direitos iguais de oportunidades no mercado de trabalho.¹

O ingresso das mulheres no mercado ocorreu de forma mais intensa a partir da década de 40. Por questões culturais, a perfil das mulheres que se inseriam neste período era bastante homogêneo: mulheres pobres, de baixo nível educacional e, conseqüentemente, baixa profissionalização, o que acentuava ainda mais a forte discriminação existente. A partir dos anos 70, em um cenário de expansão econômica e urbanização, intensificou-se a inserção das mulheres nas atividades econômicas. Desde então, apesar da estagnação da atividade econômica e da deterioração das oportunidades de ocupação observada nos anos oitenta, e da abertura econômica, terceirização da economia, elevação do desemprego e do baixo crescimento econômico (verificados a partir da década de noventa), presenciou-se a continuidade ininterrupta da tendência crescente da incorporação da mulher na força de trabalho brasileira. (Bruschini e Lombardi, 1996).

Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), em 2006, as mulheres representavam cerca de 1,2 bilhão (41,4%) de trabalhadores empregados no mundo. No entanto, a taxa de participação das mulheres na força de trabalho mundial caiu (de 53,0% para 52,4%, entre 2006 e 1996), mas na América Latina ela apresentou um significativo aumento de 46,0% para cerca de 52,0%². No Brasil, em 1973, apenas 30,9% da População Economicamente Ativa (PEA) eram do sexo feminino. Em 1999, este percentual saltou para 41,4%, chegando a 48,0% em 2006, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Para se ter idéia da expansão feminina, de 2004 a 2006, a população ocupada no Brasil aumentou em 2,5 milhões de pessoas, das quais 52,0% eram mulheres; refletindo, assim, a contínua e crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Esta pressão demográfica acarretou mudanças no perfil das mulheres ativas no mercado de trabalho. Nos anos setenta, segundo Jatobá (1993), as mulheres ativas no mercado de trabalho eram em sua maioria jovens, solteiras e pouco escolarizadas. Havia uma notória divisão entre a mulher responsável pela educação dos filhos e a mulher ocupada no mercado de trabalho. Atualmente, Segundo Leone (2000), as mulheres que participam da força de trabalho têm faixa etária mais elevada, possuem níveis mais elevados de instrução, são chefes-de-domicílio ou cônjuges e exercem a dupla jornada de trabalho.

¹ Marri e Wajnman (2006) reforçam a participação das esposas como provedoras de renda familiar.

² O aumento da participação na força de trabalho não está necessariamente associado à elevação da taxa de ocupação (mulheres empregadas), visto que sua incidência pode ocorrer via aumento da taxa de desemprego. Segundo a OIT (2006), a taxa de desemprego das mulheres é de 10,4%, bastante superior à apresentada pelos homens (6,4%).

Além dos fatores já citados, outros foram essenciais na modificação da composição da força de trabalho, dentre os quais se destacam: a crescente taxa de urbanização e a conseqüente melhora das condições de vida, a diminuição da taxa de fecundidade³ e a redução da discriminação existente contra a mulher. Tais fatores acarretaram mudanças no perfil das trabalhadoras. Dentre estes, este trabalho irá centrar sua análise na relação entre a redução do número de filhos por mulher e a inserção maciça das mulheres na PEA⁴.

A relação entre filhos e engajamento pode ajudar a explicar a maior participação da mulher no mercado de trabalho visto que um menor número de filhos estaria relacionado a uma maior inserção no mercado. O impacto da maternidade sobre a oferta de trabalho feminina resulta em um efeito renda (que tende a ser positivo devido à redução da renda per capita familiar) e um efeito substituição (resultante do custo de oportunidade, que dependendo do salário recebido no mercado poderá ser negativo em função dos benefícios da maternidade - satisfação e habilidades na criação dos filhos) que segue após o nascimento do filho. (Pazello, 2004).

Neste contexto, este trabalho se propõe a analisar os fatores relevantes para explicar a participação das mulheres na força de trabalho e os determinantes da sua remuneração salarial, tendo como eixo central a questão da fecundidade. Assim, este trabalho investigará a influência da maternidade tanto na inserção quanto na remuneração salarial das mulheres. Para tal, utilizam-se dois instrumentos econométricos: o modelo probit e o modelo de regressão linear - com a correção proposta por Heckman (1979) do viés de seleção. A amostra selecionada advém dos microdados da PNAD (1995, 2006), restritas as mulheres entre 16 e 65 anos.

Este trabalho está estruturado em mais cinco seções, afora esta introdução. A seção 2 faz uma breve exposição da fundamentação teórica e da literatura sobre o assunto. A seção 3 descreverá os procedimentos metodológicos e a base de dados utilizada. Em seguida, será feita uma breve descrição das gerais da amostra, na seção 4. A seção 5 aborda os determinantes de sua participação na força de trabalho e da sua determinação salarial no mercado de trabalho. Finalizando, a seção 6 traz os comentários finais.

³ Neste estudo, a taxa de fecundidade será entendida como o número de filhos por mulher.

⁴ Em 2006, o IBGE contabilizou a mais baixa taxa de fecundidade já registrada no País, cerca de 2,0 filhos por mulher; bastante inferior a taxa observada em 1970 (5,8 filhos) e em 2000 (2,3 filhos).

2. Fundamentação Teórica da Oferta de Trabalho

De acordo com a Teoria Neoclássica da Oferta de Mão-de-obra, a decisão trabalhar está vinculada ao fator tempo e a necessidade de obter recursos para sua sobrevivência, dispondo escolhas entre horas de trabalho remunerado e lazer. Ou seja, os indivíduos maximizam uma função utilidade sujeita a uma restrição orçamentária (o montante gasto com bens e serviços deve ser pelo menos igual ao que ele recebe no mercado de trabalho em forma de salário e das outras fontes de receita) de forma a decidir como alocar o seu tempo disponível entre trabalho e lazer (não-trabalho). Assim, ao decidir quantas horas dedicar ao trabalho, o indivíduo está decidindo sobre o número de horas diárias de lazer que está disposto a renunciar⁵.

Neste contexto, a principal razão que leva o indivíduo a trabalhar é a necessidade de obter uma renda que permita a aquisição dos bens e serviços que necessita ou deseja. Onde, cada unidade de renda obtida representa, ao mesmo tempo, a perda de satisfação pelo sacrifício de algum período de lazer e a possibilidade de aumentar a satisfação através da aquisição dos bens e serviços que o trabalhador deseja.

Considerando a família como uma unidade de trabalho, uma questão importante refere-se à decisão familiar. Segundo a Teoria Neoclássica, a decisão familiar de quem vai trabalhar, seja o homem ou a mulher, é tomada conjuntamente baseada em quem é mais produtivo no mercado de trabalho, ou seja, assume-se que as escolhas da família derivam de um processo de maximização de uma função de utilidade, que representa a preferência única da família, sujeita a uma restrição orçamentária conjunta.⁶

Os fatores que influenciam esta decisão, no entanto, podem ser muito diferentes para homens e mulheres. Por exemplo, a presença de filhos pequenos pode ser um fator limitante maior para as mulheres em relação aos homens. Segundo Ehrenberg e Smith (2000), a relação conjugal e a presença de filhos, associados à idade e à escolaridade, são fatores que estão sempre presentes na determinação das mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho.⁷

O impacto da maternidade sobre a oferta de trabalho da mulher pode ser analisado como resultado líquido do Efeito Renda (ER) e Efeito Substituição (ES) que seguem o nascimento do filho⁸. Segundo a teoria econômica, o efeito renda tende a aumentar as horas destinadas ao trabalho (ΔH), visto que as mudanças provocadas na renda, ΔY (neste caso, considera-se que, com a maternidade, a renda familiar per capita se reduz) induzem a mulher a participar ativamente da força de trabalho para manter o mesmo nível de renda anterior à chegada do novo filho – admitindo que o salário (W) permaneça constante (sua derivada é negativa) – equação 1.

5 A Teoria Econômica possui vários modelos que podem ser aplicados sobre a oferta de trabalho da mulher. De uma forma geral, os modelos são subdivididos em estáticos ou múltiplos; e, levam em consideração o aspecto individual ou familiar na determinação da oferta. Killingsworth e Heckman (1986)

⁶Segundo Scorzafave e Fernandes (2007), a abordagem unitária vem sofrendo críticas tanto sob o ponto de vista metodológico (análise de bem-estar dos indivíduos) quanto das evidências empíricas. Surge, então, o modelo coletivo que incorpora o fato das famílias serem compostas por diversas pessoas com diferentes preferências, gostos e desejos.

⁷ Estudos sobre a decisão de ter filhos têm interessado pesquisadores desde o século passado e deu origem à corrente econômica posteriormente denominada “Teoria da Família”, segundo a qual, a opção dos pais por filhos pode representar uma mudança em seus hábitos provocando alterações na oferta de trabalho. (Chiappori, 1992).

⁸ Killingsworth & Heckman (1986), Soares e Izaki (2002) e Pazello (2006) são estudos empíricos sobre a oferta de trabalho feminina.

$$ER = \frac{\Delta H}{\Delta Y} \Big|_{\bar{W}} < 0 \quad (1)$$

Por outro lado, o efeito substituição representa o custo de oportunidade da mulher e está associado ao salário recebido no mercado. Considerando que a renda não varia e que a maternidade é uma atividade intensiva em horas de tempo, menor seria o número de horas dedicadas ao trabalho e, conseqüentemente, menor seria o salário auferido. Assim, tanto o numerador quanto o denominador se movem na mesma direção (sua derivada é positiva; equação 2). Portanto, acredita-se que o efeito substituição diminua as horas dedicadas ao trabalho, sendo superior ao efeito renda, resultando no fato de que a maternidade teria um efeito negativo sobre a oferta de trabalho da mulher.⁹

$$ES = \frac{\Delta H}{\Delta W} \Big|_{\bar{Y}} > 0 \quad (2)$$

A conclusão de que o número de filhos repercute negativamente na participação da mulher no mercado (nas horas destinadas ao trabalho) é encontrada em vários estudos sobre a temática, contudo tratando aspectos diferentes da relação entre fecundidade e participação. Na linha de trabalhos que abordam a questão da fecundidade de uma forma geral estão os de Bruschini e Lombardi (1996) e Pazello (2006). Os autores, ao analisar os fatores que influenciam na decisão das mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho, enfatiza que a presença de filhos, o estado conjugal, a faixa etária e o nível de escolaridade são variáveis determinantes na decisão de ingresso no mercado de trabalho. Pazello (2006) mostra que o um aumento não-planejado no número de filhos tem efeito negativo, no curto prazo, sobre a probabilidade de participação da mulher no mercado de trabalho e, que, em relação à jornada de trabalho, as mulheres sem filhos apresentam maiores jornadas de trabalho do que as mulheres com filhos, tendo sua magnitude variando conforme aumenta o número de filhos.

Na linha dos que versam sobre a fecundidade numa projeção dinâmica, temporal, estão os de Connely et al (1996), Soares e Izaki (2002) e Souza (2002). O primeiro, em estudo restrito as regiões metropolitanas do Brasil, sobre os determinantes da empregabilidade das mulheres, mostraram que a faixa etária dos filhos é fator determinante na probabilidade ocupacional das mães. Segundo os autores, os filhos em idade pré-escolar (inferior a 7 anos) reduzem a probabilidade de trabalho das mães. Soares e Izaki (2002) corroboraram o estudo anterior, ao evidenciarem que alterações na oferta de trabalho das mulheres estão associadas a variação da faixa etária dos filhos. Em especial, observaram que filhos menores de 10 anos reduzem a probabilidade de trabalho da mãe. Resultado similar, também foi encontrado por Souza (2002), onde o coeficiente estimado para a variável *filho mais novo* apresentou sinal negativo e decrescente conforme o aumento da idade, indicando que a presença de filhos novos diminui a probabilidade de a mãe trabalhar e que este efeito vai se reduzindo com o aumento da idade dos filhos.

Por fim, outra linha de análise relaciona a fecundidade associada ao estado conjugal à participação no mercado. Para Souza (2002), a presença de filhos com idade entre 7 e 17 anos

⁹ Mincer (1963 apud Pazello (2006)) foi o primeiro autor a derivar a relação negativa entre o custo de oportunidade da mãe (medido pela taxa de salário) e a fecundidade.

influencia na participação das mulheres no mercado de trabalho, sendo que para as mulheres casadas, de forma positiva, e, para as mulheres solteiras, de forma negativa, reduzindo sua participação. Del Boca et al (2000), ao estudarem os determinantes da oferta de trabalho das mulheres casadas, observaram que as mulheres empregadas tinham um menor número de filhos eram mais qualificadas. Ainda mais, que os maridos de mais de 85,0% das mulheres empregadas também trabalhavam. Portanto, para os autores, a inserção da mulher casada estimula (ou é estimulada) pela inserção do marido.

3. Procedimentos Metodológicos

Conforme dito anteriormente, o objetivo do artigo é mensurar o impacto da fecundidade sobre o engajamento da mulher no mercado de trabalho e sua remuneração na ocupação. Especificamente, busca-se investigar as diferenças de comportamento no mercado de trabalho provocadas pela presença de filhos. As estimativas concentram-se em duas variáveis relacionadas ao mercado de trabalho: participação no mercado de trabalho e a determinação do salário.

Ao se analisar os determinantes do engajamento da mulher deve-se precaver para não se incorrer no problema de viés de seleção. Tal problema ocorre devido à existência de características não-observáveis que fazem com que algumas mulheres estejam na força de trabalho e outras não¹⁰. Além de que, muito provavelmente, estas características estão correlacionadas com as características que determinam salário de mercado ou as horas dispostas ao trabalho. Assim, ao ignorar tal viés durante o processo de estimação, ter-se-á estimativas viesadas e inconsistentes da variável de interesse.

Para corrigir este possível viés utilizou-se o processo de estimação proposto por Heckman, que trata a censura como um problema de variável omitida. Heckman (1979) identificou que o problema da presença de viés de seleção nas informações pode ser decorrente tanto do processo de coleta das informações dos indivíduos quanto pelo desenho amostral da pesquisa. Fazendo-se uso da modelagem proposta por Heckman para a correção do viés de seleção, este estudo estimou duas equações de regressão.

A primeira tem como objetivo determinar a participação da mulher no mercado de trabalho. Para adaptar o modelo de Heckman ao objetivo em questão, considerou-se a existência de uma variável P^* (presença ou não de filhos) que denota um fator que interfere na participação feminina no mercado de trabalho. Neste caso, de forma parametrizada, pode-se afirmar que para as mulheres que possuem filho(s), P assume valor 1 ($P=1$), e para as que não possuem, P assume valor 0 ($P=0$). Assim, é razoável supor que existe um vetor de variáveis observadas (Z) que determina P^* . Portanto, a equação de seleção pode ser descrita como:

$$P_i = Z_i g + e_{2i} \quad (3)$$

¹⁰ Para alguns autores, além do problema de viés de seleção pode existir o problema da endogeneidade (fertilidade e oferta de trabalho são determinadas conjuntamente). Ressalta-se, no entanto, a dificuldade em encontrar 'instrumentos' para a fecundidade que preencham ao mesmo tempo os requisitos de ser exógeno e de ter alto poder explicativo. (Browning,1992) (Pazello, 2006).

Onde Z representa as variáveis observadas que determinam a presença ou não de filhos. O subscrito i indica *tem filho* ($i = 1$) ou *não tem filho* ($i = 0$).

As variáveis incluídas na equação de seleção foram: uma *dummy* para raça (igual a 1 se a mulher é *branca*); uma *dummy* para área de residência (igual a 1 se é da *área urbana*); quatro *dummies* para escolaridade (sendo as *analfabetas* a categoria referência); três *dummies* para diferentes faixas de idade (sendo a idade de *16 a 24 anos* a referência) e quatro *dummies* para as macrorregiões (*Nordeste* é a referência).

Por sua vez, a equação primária (referente à participação na força de trabalho) pode ser exposta como:

$$Y_i = X_i \mathbf{b} + e_{1i} \quad (4)$$

Onde X é o vetor de características das trabalhadoras e Y é uma variável dicotômica construída a partir de um *Probit* que representa a equação explicativa da participação na força de trabalho, assumindo valor 1 ($Y=1$), se a mulher participa da força de trabalho, e zero caso contrário, ($Y=0$). As variáveis incluídas na estimativa da equação primária foram: uma *dummy* para raça (igual a 1 se a mulher é *branca*); uma *dummy* para área de residência (igual a 1 se é da *área urbana*); três *dummies* para a condição na família (sendo a categoria *outros* usada como referência); quatro *dummies* para escolaridade (sendo as *analfabetas* a categoria referência); três *dummies* para diferentes faixas de idade (sendo a idade de *16 a 24 anos* a referência); tamanho da família (medida em *número de membros*), uma *dummy* para captar o efeito da migração (igual a 1 se é *migrante*); uma *dummy* para região metropolitana e, por fim, quatro *dummies* para as macrorregiões (*Nordeste* é a referência).¹¹

Nestes termos, pode-se escrever de forma extensiva as duas equações utilizadas na estimação de Heckman:

$$Y_i = b_0 + b_1 \text{raça}_{i,i} + b_2 \text{resid}_{1,i} + \sum_{j=1}^3 b_3 \text{cond}_{j,i} + \sum_{j=1}^4 b_4 \text{escol}_{j,i} + \sum_{j=1}^4 b_5 \text{id}_{j,i} + b_6 \text{tam}_{1,i} + b_7 \text{Mig}_{1,i} + b_8 \text{Rmet}_{1,i} + \sum_{j=1}^4 b_9 \text{rg}_{j,i} + e_{1i}$$

$$P_i = 1(g_0 + g_1 \text{raça}_{i,i} + g_2 \text{resid}_{1,i} + \sum_{j=1}^4 g_3 \text{escol}_{j,i} + \sum_{j=1}^4 g_4 \text{id}_{j,i} + g_5 \text{Rg}_{1,i} + e_{2i} > 0) \quad (5)$$

Procedimento similar pode ser feito em relação à segunda equação a ser estimada. Neste caso, o objetivo é decompor os determinantes do salário das mulheres no mercado de trabalho. Assim, pode-se escrever a equação de salários (equação primária) da seguinte forma:

$$\ln W_i = X_i \mathbf{b} + e_{1i} \quad (6)$$

Onde X é o vetor de características das trabalhadoras e W representa o salário-hora. Novamente, faz-se uso de uma segunda equação (equação de seleção) descrita por uma equação de participação, onde, neste caso, P^* é uma função indicadora da participação das mulheres no mercado de trabalho, tal como segue:

¹¹ Para melhor identificação do modelo, o ideal é que algumas variáveis presentes na equação de seleção (modelo probit) sejam excluídas da equação de rendimentos. Segundo Johnston e Dinardo (1997), a exclusão de determinadas é um tanto arbitrária.

$$P_i = 1(Z_i g + e_{2i} > 0) \quad (7)$$

Onde Z inclui variáveis que predizem se as mulheres estão participando ou não do mercado de trabalho. O subscrito i indica se as mulheres *participam* ($i=1$) ou *não-participam* ($i=0$) da força de trabalho.

Para a segunda equação, além das variáveis incluídas na primeira equação, foram acrescentadas: quatro *dummies* para ramo de atividade (sendo o *setor industrial* usado como base) e uma *dummy* para o segmento de mercado formal (igual a 1 se está ocupada no *formal*¹²).

$$Y_i = b_0 + b_1 raça_{1,i} + b_2 resid_{1,i} + \sum_{j=1}^3 b_3 cond_{j,i} + \sum_{j=1}^4 b_4 escol_{j,i} + \sum_{j=1}^4 b_5 id_{j,i} + b_6 tam_{1,i} + b_7 Mig_{1,i} + b_8 Rmet_{1,i} + \sum_{j=1}^4 b_9 ram_{j,i} + \sum_{j=1}^4 b_{10} rg_{j,i} + e_{1i}$$

$$P_i = 1(g_0 + g_1 raça_{1,i} + g_2 resid_{1,i} + \sum_{j=1}^4 g_3 escol_{j,i} + \sum_{j=1}^4 g_4 id_{j,i} + \sum_{j=1}^4 g_4 filhos_{j,i} + \sum_{j=1}^3 g_4 cond_{j,i} + g_5 Rg_{1,i} + e_{2i} > 0) \quad (8)$$

Por hipótese, assume-se que as variáveis de seleção (*tem filho* e *participam*, respectivamente, das equações 1 e 2) não estão correlacionadas com as variáveis não-observáveis que determinam a participação no mercado de trabalho e as horas trabalhadas ou o salário da mulher, mas estão correlacionadas com os determinantes da sua fecundidade e de sua participação no mercado, respectivamente. Ou seja, assume-se que $e_{1i} \sim N(0,s)$, $e_{2i} \sim N(0,1)$ e $corr(e_{1i}, e_{2i}) = 0$.¹³

4. Características gerais da amostra: análise descritiva

Os dados utilizados têm como fonte a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) realizada anualmente pelo IBGE. Foram selecionadas as mulheres entre 16 e 65 anos, formando uma amostra de 102.474 mulheres (que representam 46.334.153 mulheres), em 1995, e 135.370 mulheres (representando o universo de 61.874.751 mulheres), em 2006.

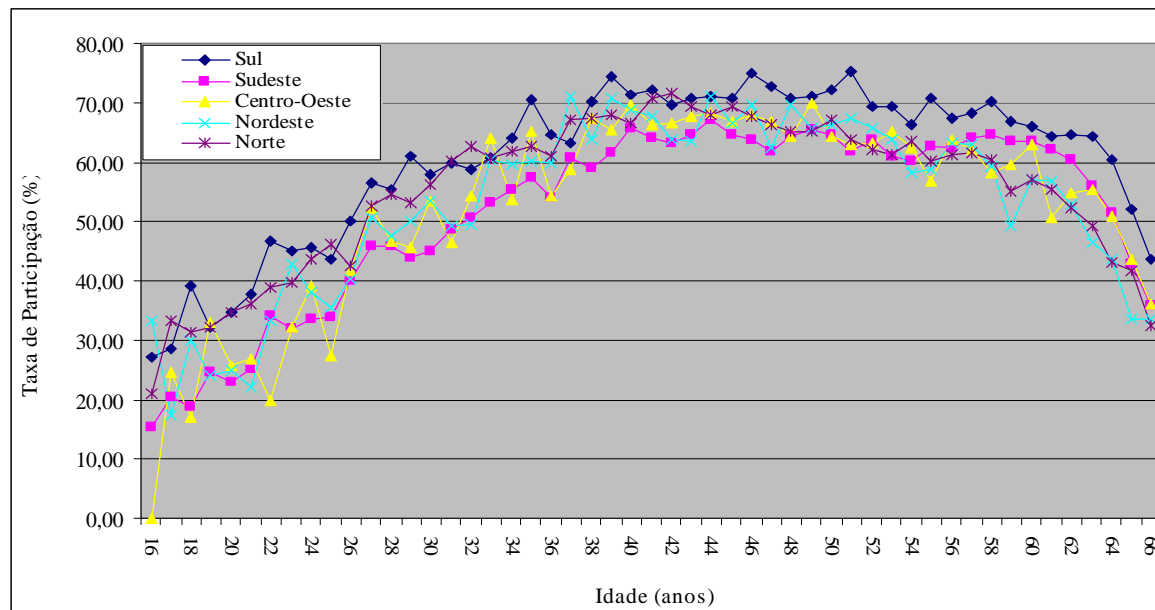
O Gráfico 1, a seguir, mostra a evolução da taxa de participação da mulher através de uma análise de corte por idade. Nesta, verifica-se que a participação feminina eleva-se a partir dos 16 anos e, que, somente após os 50 anos de idade ocorre, gradativamente, uma redução desta participação¹⁴. Nota-se, ainda, que nas faixas de idade mais baixas, é difícil identificar a região que apresenta maior participação em virtude das oscilações; no entanto, a partir dos cinquenta anos de idade fica mais nítido que a taxa de participação das regiões do Eixo Sul do País (Regiões Sul e Sudeste, principalmente) se destaca em relação às observadas nas Regiões Nordeste e Norte do País.

¹² Considerou-se ocupado no segmento formal o trabalhador com registro de carteira assinada, o servidor público, o militar ou o empregador; de outro lado, no segmento informal do mercado de trabalho, o trabalhador sem carteira assinada, o sem-remuneração, o autônomo ou o conta-própria.

¹³ Para maior detalhes ver Greene (1993).

¹⁴ Wajnman e Rios-Neto (2000) verificaram a manutenção do nível elevado de participação feminina em idades mais avançadas (em torno dos 50 anos); seguindo uma tendência natural, também observada nos países mais desenvolvidos, conforme as alterações observadas no mercado.

GRÁFICO 1 – Evolução da taxa de participação feminina por coorte de idade e Região do País. 2006.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD (2006).

Em seguida, na Tabela 1, são apresentadas as características gerais da amostra de selecionada por Região do País, conforme os anos (1995 e 2006). Os principais pontos referem-se a:

- *Fecundidade e disparidades regionais.* Notamentente, as Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul apresentam indicadores diferenciados de capital humano e de fecundidade comparativamente às Regiões Norte e Nordeste. Enquanto, no Nordeste, a escolaridade média é de 5,2 anos e número de filhos por mulher é de 2,4 (em 1995), nas regiões mais desenvolvidas, por exemplo, na Região Sul, tais indicadores alcançam 6,4 anos médios de estudo e 2,0 filhos por mulher (em 1995). Estes indicadores estão fortemente associados visto que as mulheres mais escolarizadas possuem um maior conhecimento sobre o controle de sua reprodução, fazendo uso das mais variadas formas de prevenção e sendo capaz de realizar um planejamento familiar mais estruturado, além de ter um melhor acesso aos serviços básicos de saúde. Em 2006, apesar da absoluta melhora, este diferencial se manteve.

- *Precarização do trabalho.* A taxa de ocupação feminina é superior aos 50,0% em todas as regiões estudadas, e sofreu uma elevação substancial durante todo o período 1995-2006. No entanto, a taxa de ocupação no segmento formal ainda é bastante reduzida, visto que menos de 20,0% das mulheres do Norte e Nordeste do País estão inseridas neste segmento. Ademais, esta taxa manteve-se praticamente estagnada nas Regiões Norte e Nordeste (regiões mais pobres) e aumentou nas demais.

- *Migração.* Dois fatores podem ser destacados: redução do fluxo migratório e o maior percentual de migrantes nas regiões mais desenvolvidas, onde, possivelmente, maiores são as oportunidades de emprego.

TABELA 1 – Características da amostra estratificada por Região do País. 1995 e 2006.

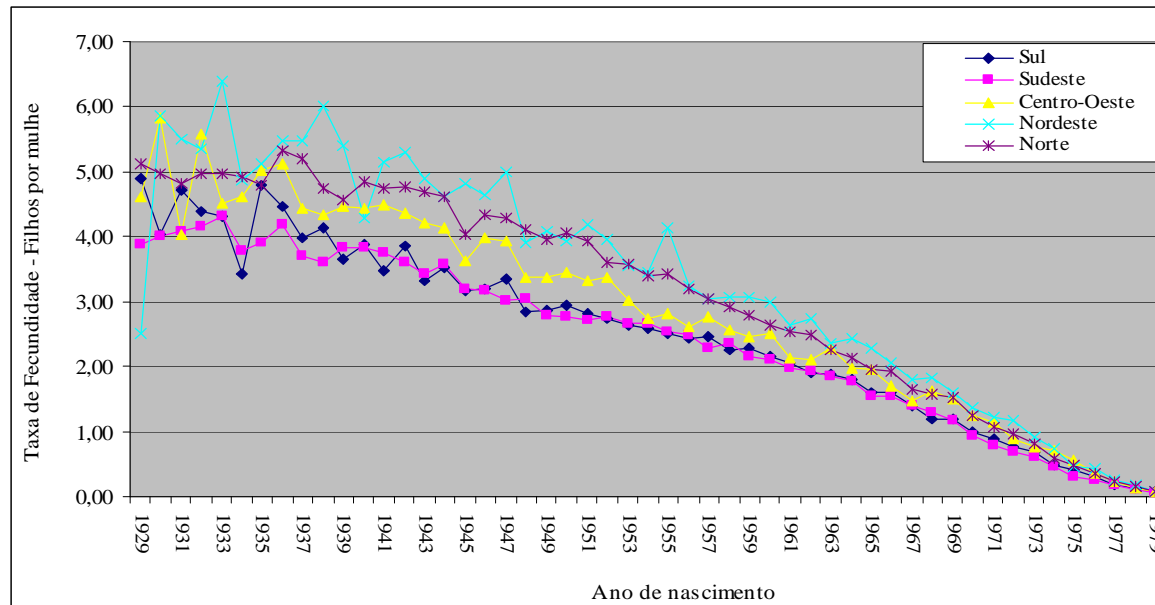
Variáveis	Região				
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
1995					
Urbana (%)	24,6	76,5	85,1	89,3	84,0
Idade média (anos)	32,91	34,30	33,51	35,76	35,70
Escolaridade (anos)	6,30	5,20	6,18	6,36	6,45
Branca (%)	30,93	30,18	50,36	64,19	85,04
Ocupadas (%)	50,13	52,65	52,73	51,63	59,96
Ocupadas no formal (%)	19,09	15,80	21,09	24,91	26,81
Desocupadas (%)	5,97	4,57	4,54	4,21	4,09
Inativas (%)	43,90	42,78	42,73	44,16	35,95
Migrante (%)	29,3	37,0	21,4	30,9	44,5
Região Metropolitana (%)	75,4	42,2	25,2	48,5	45,1
Filhos (média)	2,45	2,42	2,15	2,00	2,06
2006					
Urbana (%)	25,2	80,7	88,7	92,6	87,2
Idade média (anos)	34,08	35,35	35,65	37,11	37,39
Escolaridade (anos)	7,47	6,99	8,12	8,23	8,23
Branca (%)	26,45	29,94	44,17	57,30	81,21
Ocupadas (%)	53,26	52,86	55,83	56,55	62,69
Ocupadas no formal (%)	17,66	17,77	26,50	29,64	32,14
Desocupadas (%)	6,49	7,83	7,26	8,20	5,74
Inativas (%)	40,24	39,31	36,90	35,25	31,57
Migrante (%)	24,4	32,6	19,8	28,0	42,3
Região Metropolitana (%)	74,8	40,2	27,2	45,2	44,6
Filhos (média)	2,28	2,05	1,91	1,70	1,75

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD (1995 e 2006).

O Gráfico 2 retrata a evolução da taxa de fecundidade por Região do País, construído a partir das coortes de ano de nascimento. Evidencia-se, sobremaneira, a redução do número de filhos por mulher ao longo dos anos. Embora seja um fenômeno relativamente natural em virtude da redução da idade da mulher (no eixo das ordenadas, a elevação do ano de nascimento), a taxa de inclinação é bastante negativa, sugerindo uma diminuição acentuada do número de filhos por mulher. Conforme dito anteriormente, segundo os dados da PNAD (1995 e 2006), houve uma queda de 33,0% (de 3 filhos por mulher para 2 filhos por mulher), em apenas dez anos.

Em respeito à questão inter-regional, não se observa alterações; sendo as Regiões Norte e Nordeste as que apresentam o maior número de filhos por mulher, independente da faixa etária da mulher (no caso, do ano de nascimento da mulher). Ou seja, a redução da taxa de fecundidade não ocorreu de forma homogênea em todas as Regiões.

GRÁFICO 2 – Evolução da taxa de fecundidade por Região do País, a partir de coorte de ano de nascimento. 2006.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD (2006).

A Tabela 2 descreve as características da amostra conforme a variação do número de filhos por mulher. Do universo total da pesquisa, cerca de 70,6% (43.676.991) das mulheres são mães, e, destas, 5.472.980 possuem cinco ou mais filhos (a maior parte são nordestinas). O objetivo desta tabela é verificar se ocorrem modificações no perfil demográfico e social das mulheres de acordo com o aumento do número de filhos, para os anos 1995 e 2006.

Em respeito à mudança do perfil da amostra para os anos estudados, observam-se alterações importantes, dentre as quais:

1. *Aumento da taxa de atividade.* Verifica-se a redução percentual de mulheres inativas e, conseqüente, aumento da taxa de atividade. Embora o número relativo de mulheres ocupadas não tenha alterado significativamente, o percentual de desocupadas aumentou em todas as faixas estudadas, indicando a maior inserção feminina e a não-absorção do mercado.
2. *Aumento salarial.* Desconsiderando a depreciação do salário incorrida no período, o salário médio das mulheres teve significativo aumento. Tal fato pode estar associado às melhores condições ocupacionais das mulheres decorrentes do aumento de seu nível educacional (principalmente das que possuem um número menor de filhos) e ao crescimento da sua participação no setor formal da economia em praticamente todas as classes de fecundidade analisadas.
3. *Fecundidade.* Os números mostram que a maternidade reduz a participação das mulheres no mercado de trabalho. Quanto maior o número de filhos por mulher, menor é o percentual de mulheres ocupadas (no segmento formal também) e desocupadas, aumentando a taxa de inatividade. Ademais, mostram ainda que as mulheres mais escolarizadas possuem um número menor de filhos, possivelmente decorrente do maior acesso as informações sobre controle de fecundidade e também devido à mudança do

perfil das mulheres que estão, cada vez mais, reduzindo seu tempo disponível às atividades domésticas e ampliando as horas destinadas ao mercado de trabalho.

4. *Fecundidade e disparidades regionais.* Os destaques ficam por conta do aumento da participação relativa das regiões Norte e Nordeste, conforme aumenta o número de filhos por mulher. Dentre as mulheres que não possuem filhos, cerca de 6,9% e 31,6% são residentes das Regiões Norte e Nordeste, respectivamente, elevando-se para 8,9% e 39,6% no grupo formado pelas mulheres com cinco filhos ou mais. A concentração de famílias com número elevado de filhos indica a falta de acesso da população a informações e serviços de saúde reprodutiva que, na maioria das vezes, encontra-se associado ao baixo capital humano.
5. *Fecundidade e precarização do trabalho.* A taxa de fecundidade apresenta uma associação inversamente proporcional à participação das mulheres no mercado de trabalho e as condições de inserção ocupacional (ocupação formal). Durante o período 1995-2006 pode-se observar uma mudança significativa nos indicadores: O percentual de mulheres ocupadas e ocupadas no segmento formal é maior nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste em relação às Regiões Norte e Nordeste.¹⁵

¹⁵ No Brasil, o histórico da inserção feminina no mercado de trabalho, demonstra que as mulheres ingressam, de maneira geral, de forma mais precária que o do homem (segregação profissional). Soma-se ainda, que muitas são na hora da contratação e da ascensão profissional (discriminação de gênero).

TABELA 2 – Características da amostra estratificada por número de filhos. 1995 e 2006.

Variáveis	Número de Filhos			
	Nenhum filho	1 ou 2 filhos	3 ou 4 filhos	5 filhos ou mais
1995				
Urbana (%)	87,04	87,22	83,95	73,01
Idade média (anos)	25,76	33,97	40,49	48,84
Escolaridade (anos)	7,56	6,64	5,05	2,38
Branca (%)	53,94	58,59	53,41	41,32
Ocupadas (%)	55,47	53,71	52,37	49,45
Ocupadas no formal (%)	27,39	23,71	18,10	9,27
Salário médio (R\$) *	145,13	163,67	129,62	48,38
Desocupadas (%)	6,82	4,40	2,82	1,84
Inativas (%)	37,71	41,89	44,81	48,71
Migrante (%)	26,83	34,90	38,37	38,07
Região Metropolitana (%)	45,79	44,71	40,66	30,12
Região Norte (%)	6,90	6,11	7,31	8,94
Região Nordeste (%)	31,60	25,91	28,62	39,63
Região Centro-Oeste (%)	9,94	11,12	11,66	9,46
Região Sudeste (%)	36,10	37,15	34,99	27,98
Região Sul (%)	15,47	19,71	17,42	13,98
2006				
Urbana (%)	88,82	88,48	84,67	71,65
Idade média (anos)	26,40	36,26	43,07	50,41
Escolaridade (anos)	9,67	8,26	6,05	2,95
Branca (%)	49,66	50,04	44,59	31,81
Ocupadas (%)	54,26	58,59	55,26	50,10
Ocupadas no formal (%)	28,16	27,70	19,67	9,06
Salário médio (R\$) *	641,00	684,42	499,59	213,64
Desocupadas (%)	11,25	6,88	4,86	2,95
Inativas (%)	34,50	34,54	39,88	46,95
Migrante (%)	22,94	31,99	35,51	35,31
Região Metropolitana (%)	42,36	41,03	35,53	26,28
Região Norte (%)	11,07	11,83	13,84	19,39
Região Nordeste (%)	31,81	28,68	30,33	39,85
Região Centro-Oeste (%)	10,43	11,46	12,12	9,57
Região Sudeste (%)	31,72	31,09	28,45	20,56
Região Sul (%)	14,97	16,94	15,27	10,63

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD (1995 e 2006). * Salário médio das trabalhadoras ocupadas.

5. Resultados e Discussões da análise econométrica

5.1 Determinantes da participação na força de trabalho

Uma vez conhecidas as principais características das amostras para cada ano foi estimado um modelo *probit* visando calcular a probabilidade da participação feminina na força de trabalho. Utilizou-se o procedimento de Heckman de dois estágios, visando corrigir o viés de seleção. Como variáveis explicativas foram empregadas características que indicassem *raça*, *área de residência*, *condição na família*, *faixa etária*, *escolaridade*, *tamanho da família*, *migração*, *área metropolitana e região*.

Os resultados das regressões estimadas (1995 e 2006) estão descritos na Tabela 3. Os valores estimados foram semelhantes, para os dois anos analisados, para a variável *raça* (indicando que as mulheres não-brancas têm maior probabilidade de trabalhar, possivelmente devido ao seu histórico passado no mercado de trabalho), *urbana* (indicando que a residente na área urbana tem menores chances de participação no mercado) e *migrantes* (as mulheres que nasceram em um Estado da Federação diferente do Estado que reside atualmente apresentam menores probabilidades de participação comparativamente às não-migrantes).

O coeficiente associado ao tamanho da família é negativo, indicando que o aumento de um membro na família reduz a probabilidade de participação das mulheres em 2,5% (2006). Este resultado reflete à necessidade da mulher de dedicar horas ao trabalho mercantil e horas ao trabalho doméstico, especificamente no referente à educação dos filhos e aos cuidados do lar; visto que tal responsabilidade é culturalmente atribuído mais às mulheres.

A idade contribui positivamente para explicar a probabilidade de participação ativa no mercado de trabalho, principalmente para as situadas na faixa entre 31 e 40 anos de idade. O mesmo diagnóstico pode ser feito em relação à variável educação (anos de estudo). Quanto maior o investimento em capital humano, maior é a probabilidade de participação da mulher no mercado. De outra forma, pode-se inferir que quanto menor a educação, maior a dificuldade de colocação no mercado de trabalho. Possivelmente, este fato é reflexo do custo de oportunidade diferenciado que as mais qualificadas possuem.

Em relação ao coeficiente associado à condição da família, destaque se faz a mudança de sinal da variável *cônjuge* entre os anos 1995 e 2006. Enquanto na primeira estimação o seu sinal foi negativo, na segunda o coeficiente apresentou sinal positivo, sugerindo que as mulheres casadas estão cada vez mais se inserindo no mercado de trabalho – algo já apontado na literatura.¹⁶

Por fim, os coeficientes da inversa de Mills estimados foram consistentes e positivos, o que corrige a tese do viés de seleção e reforça a necessidade da aplicação do referido modelo. Ademais, em relação ao fato de ser mãe (ter filho) ou não, fica evidente a associação inversa entre os níveis mais elevados de educação formal e presença de filhos.

¹⁶ Souza (2002), Pazello (2006), Marri e Wajnman (2006).

TABELA 3 – Brasil. Resultados do modelo probit, com correção de Heckman, para determinantes da participação da mulher na força de trabalho. 1995 e 2006.

VARIÁVEIS / ANO		1995		2006	
		Coefficiente	P > Z	Coefficiente	P > Z
Participação					
Constante		-0,205	0,037	-0,529	0,000
Raça	Branca	-0,092	0,000	-0,079	0,000
Área de residência	Urbana	-0,525	0,000	-0,422	0,000
Condição	Chefe	0,293	0,000	0,397	0,000
	Cônjuge	-0,190	0,000	0,071	0,016
	Filho	0,200	0,000	0,314	0,000
Escolaridade (anos de estudo)	De 1 a 3	0,160	0,000	0,165	0,000
	De 4 a 7	0,238	0,000	0,296	0,000
	De 8 a 10	0,238	0,000	0,390	0,000
	Mais de 10	0,584	0,000	0,636	0,000
Faixa etária	De 25 a 30	0,525	0,000	0,577	0,000
	De 31 a 40	0,808	0,000	0,843	0,000
	Acima de 40	0,485	0,000	0,538	0,000
Tamanho da família	Membros	-0,022	0,029	-0,025	0,006
Migração	Migrante	-0,073	0,000	-0,088	0,000
Área metropolitana	Região	0,011	0,001	0,002	0,538
Região	Norte	0,029	0,176	-0,008	0,594
	Sudeste	-0,079	0,000	0,048	0,000
	Sul	0,214	0,000	0,201	0,000
	Centro-Oeste	-0,003	0,887	0,022	0,140
Select (tem filho)					
Constante		-0,349	0,000	-0,360	0,000
Raça	Branca	0,024	0,022	-0,070	0,000
Área de residência	Urbana	-0,073	0,000	-0,072	0,000
Escolaridade (anos de estudo)	De 1 a 3	0,152	0,000	0,341	0,000
	De 4 a 7	0,047	0,008	0,331	0,000
	De 8 a 10	-0,322	0,000	-0,068	0,000
	Mais de 10	-0,637	0,000	-0,465	0,000
Faixa etária (anos)	De 25 a 30	1,151	0,000	1,067	0,000
	De 31 a 40	1,666	0,000	1,618	0,000
	Acima de 40	1,745	0,000	1,787	0,000
Região	Norte	0,207	0,000	0,271	0,000
	Sudeste	-0,032	0,009	-0,053	0,000
	Sul	0,105	0,000	0,047	0,001
	Centro-Oeste	0,198	0,000	0,142	0,000
Mills					
Inversa de Mills		0,387	0,000	0,368	0,000

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da PNAD (1995 e 2006). Em todas as equações o teste da Razão de Verossimilhança foi significativo. Prob > chi2 = 0.0005 (1995); Prob > chi2 = 0.0000 (2006).

5.2 Determinantes do salário

Após a análise das características relevantes para a inserção no mercado de trabalho, busca-se agora tratar dos determinantes dos salários das mulheres ocupadas. Para estimar os efeitos marginais das variáveis sobre os salários, estimou-se uma regressão do salário (logaritmo do salário/hora) controlada pelas variáveis *raça*, *área de residência*, *faixa etária*, *escolaridade*, *condição na família*, *migração*, *área metropolitana*, *segmento do mercado*, *ramo de atividade e região*. Novamente, fez-se a correção proposta por Heckman (1979), a fim de controlar pela participação feminina no mercado de trabalho, dado que a amostra contém mulheres que não trabalham e, portanto, não possuem renda oriunda do trabalho. Os resultados são apresentados na Tabela 4, a seguir.

Os resultados estimados mostram que mulheres da raça branca, residentes na área urbana ou na região metropolitana possuem salários mais elevados comparativamente às mulheres não-brancas, residentes na zona rural e que moram fora da região metropolitana, respectivamente. Tal fato deve ser explicado pela discriminação racial e ou pela segmentação do mercado, já que os coeficientes associados às dummies de raça, área e região metropolitana são significativos, mesmo quando condicionado em outras variáveis.

Com respeito à escolaridade e aos níveis de idade, observou-se que mulheres mais qualificadas e mais velhas têm um perfil de salários crescentes. Ademais, as mulheres residentes no Nordeste são as que possuem menor rendimento salarial quanto comparada às das outras Regiões do País (em média, 30,0% inferior).

Em relação às variáveis relacionadas à fecundidade, constatou-se que a presença de filhos é uma importante variável para explicar a decisão de participação no mercado. Em todas as equações e para todas as variáveis indicadoras, o coeficiente estimado foi significativo e negativo, inclusive quanto maior for o número de filhos menor é a participação feminina; comprovando a tese de que a fecundidade pode gerar redução da participação feminina no mercado.

Por fim, o coeficiente estimado da variável inversa de Mills (λ) foi estatisticamente significativo a 1,0%, corroborando a necessidade de correção do viés de seleção amostral. O sinal negativo dessa variável, tanto para 1995 quanto para 2006, indica que fatores não mensurados, que elevam a probabilidade da participação feminina na força de trabalho, reduzem o salário auferido no mercado de trabalho. Esses fatos nos levam a concluir que a não utilização do procedimento em dois estágios de Heckman poderia gerar um viés sobre os verdadeiros efeitos das variáveis exógenas sobre os determinantes do salário das mulheres.

TABELA 4 – Brasil. Resultados do modelo linear, com correção de Heckman, para determinantes do salário da mulher. 1995 e 2006.

VARIÁVEIS / ANO		1995		2006	
		Coefficiente	P > Z	Coefficiente	P > Z
<i>Ln (salário)</i>					
	Constante	-1,224	0,000	0,114	0,227
Raça	Branca	0,197	0,000	0,204	0,000
Área	Urbana	0,211	0,000	0,097	0,000
Faixa etária (anos)	De 25 a 30	0,111	0,000	0,056	0,009
	De 31 a 40	0,229	0,000	0,158	0,000
	Acima de 40	0,437	0,000	0,433	0,000
Escolaridade (anos de estudo)	De 1 a 3	0,072	0,000	0,025	0,227
	De 4 a 7	0,258	0,000	0,108	0,000
	De 8 a 10	0,504	0,000	0,264	0,000
	Mais de 10	1,071	0,000	0,614	0,000
Condição na família	Chefe	0,256	0,000	0,025	0,224
	Cônjuge	0,418	0,000	0,198	0,000
	Filho	0,082	0,000	-0,001	0,943
Migração	Migrante	-0,052	0,000	-0,018	0,003
Área metropolitana	Região metropolitana	0,215	0,000	0,144	0,000
Mercado	Mercado Formal	0,149	0,000	0,287	0,000
Ramo de Atividade	Agrícola	-0,122	0,000	-0,001	0,963
	Comércio	0,052	0,000	0,044	0,000
	Serviços diversos	-0,027	0,019	0,194	0,000
	Outras atividades	0,405	0,000	0,300	0,000
Região	Norte	0,298	0,000	0,278	0,000
	Sudeste	0,347	0,000	0,207	0,000
	Sul	0,302	0,000	0,183	0,000
	Centro-Oeste	0,351	0,000	0,363	0,000
<i>Select (participação no mercado)</i>					
	Constante	-0,183	0,000	-0,828	0,000
Raça	Branca	-0,121	0,000	-0,067	0,000
Área	Urbana	-0,003	0,852	0,042	0,001
Faixa etária (anos)	De 25 a 30	0,122	0,000	0,433	0,000
	De 31 a 40	-0,487	0,000	0,022	0,269
	Acima de 40	-0,280	0,000	0,015	0,459
Escolaridade (anos de estudo)	De 1 a 3	0,400	0,000	0,523	0,000
	De 4 a 7	0,588	0,000	0,687	0,000
	De 8 a 10	0,176	0,000	0,320	0,000
	Mais de 10	0,218	0,000	0,219	0,000
Filhos	1 ou 2 filhos	-0,165	0,000	-0,185	0,000
	3 ou 4 filhos	-0,191	0,000	-0,225	0,000
	5 ou mais filhos	-0,243	0,000	-0,306	0,000
Condição	Chefe	0,306	0,000	0,372	0,000
	Cônjuge	0,351	0,000	0,481	0,000
	Filho	0,897	0,000	0,991	0,000
Região	Norte	-0,020	0,290	-0,039	0,003
	Sudeste	0,051	0,000	0,134	0,000
	Sul	0,217	0,000	0,235	0,000
	Centro-Oeste	0,050	0,002	0,089	0,000
<i>Mills</i>					
	Inversa de Mills	-0,328	0,000	-0,597	0,000

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da PNAD (1995 e 2006). Em todas as equações o teste da Razão de Verossimilhança foi significativo. Prob > chi2 = 0.0003 (1995); Prob > chi2 = 0.0005 (2006).

5. Comentários Finais

Este trabalho procurou abordar algumas características relacionadas à oferta de trabalho feminina no Brasil nos anos de 1995 e 2006. Especificamente, tratou a questão da fecundidade como elemento central do estudo visto que, conforme a teoria econômica apresentada, a presença de filhos é fator determinante na participação feminina no mercado de trabalho.

As análises descritivas ratificaram a existência de um efeito substituição negativo, e superior ao efeito renda, provocado pela presença adicional de um filho na família. Embora tenha sido observada a redução das taxas de fecundidade nos últimos anos, alcançando patamares próximos aos apresentados pelos países mais desenvolvidos, ainda se percebe uma elevada disparidade entre as regiões; notadamente, entre as Regiões do Eixo Centro-Sul (Centro-Oeste, Sudeste e Sul) e as Regiões do Eixo Norte (Norte e Nordeste). As Regiões do Eixo Centro-Sul apresentam indicadores diferenciados de número de filhos por mulher e de capital humano. Enquanto no Nordeste do País, a escolaridade média é de 6,9 anos e número de filhos por mulher é de 2,0 (em 2006), nas regiões mais desenvolvidas, por exemplo, na Região Sul, a escolaridade alcança 8,2 anos médios de estudo e 1,7 filhos por mulher (em 2006). A associação entre os dois indicadores é uma prova de que eles estão fortemente associados visto que as mulheres mais escolarizadas possuem maiores e melhores condições de controle de fecundidade, essencial para se fazer um planejamento familiar – as mulheres com cinco ou mais filhos possuem, em média, 2,9 anos de estudo enquanto as que possuem entre 1 e 2 filhos têm 8,2 anos de estudo (2006).

As análises econométricas mostraram que o acréscimo de um membro na família reduz em 2,5% a taxa de participação feminina no mercado de trabalho (2006), corroborando a análise descritiva. Acrescenta-se, ainda, que além de interferir na participação das mulheres no mercado de trabalho, a elevação da fecundidade intervém nas condições de inserção ocupacional (ocupação formal) e na remuneração salarial, ocasionando uma perda de salário. Constatou-se que a presença de filhos é uma importante variável para explicar os ganhos salariais da mulher visto que as mulheres com filhos possuem rendimentos inferiores as que não têm filhos – em média, as mulheres com cinco filhos ou mais recebem um salário 35,8% inferior ao auferido pelas que não possuem filhos.

Como a determinação do número de filhos por mulher deve estar associada a um controle de fecundidade, considera-se que tal medida deva ser de interesse coletivo, portanto, uma política de Estado. Caberia ao Governo prover as mulheres o acesso a melhores condições de saúde e informações acerca sua vida sexual, para que elas, principalmente as residentes nas Regiões Norte e Nordeste do País, consigam se planejar melhor no que respeita à maternidade e a sua condição no mercado de trabalho.

Por fim, é importante destacar que os resultados apresentados neste artigo são para o conjunto de todas as mulheres, logo, impactos diferenciados podem ser obtidos, caso se restrinja a análise a um grupo menor. Ademais, devido à dificuldade de se encontrar uma variável instrumental para a fecundidade, fez-se o uso de um maior número de variáveis explicativas possíveis que estejam relacionadas à presença de filhos.

Referências Bibliográficas

- BECKER, G.. *A theory of the allocation of time*. Economic Journal, 75. 1965.
- BROWNING, M.. *Children and household economic behavior*. Journal of Economic Literature, 30, 1434 – 1475. 1992.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M.R.. *O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa*. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu (MG). Belo Horizonte: ABEP, v.1, pp.483-516. 1996.
- CHIAPPORI, P.A. *Collective labor supply and welfare*. Journal of Political Economy, Chicago, 100(3): 437-67. 1992.
- CONNELLY, R.; DEGRAFF, D. S.; LEVISON, D. *Women's employment and child care in Brazil*. Economic Development and Cultural Change, 44(3), 619-656. 1996.
- DEL BOCA, D., LOCATELLI, M., & PASQUA, S. *Employment Decisions of Married Women: Evidence and Explanations*. Labour, 14(1). 2000.
- FERNANDES, R., MENEZES-FILHO, N. A. e ZYLBERSTAJN, H. *Avaliando o Planfor*. Mimeo, 2000.
- FERNANDES, M. M. e SCORZAFAVE, L.G.D.S. *Estimação da oferta de trabalho com modelos coletivos: uma aplicação para o Brasil*. XXXV Encontro Nacional de Economia. Recife - PE. 2007.
- GREENE, W. *Econometric Analysis*. Prentice Hall. 1993.
- HECKMAN, J. J. *Sample selection bias as a specification error*. Econometrica, vol.47, nº 1, 1979.
- HECKMAN, J., ICHIMURA, H. & TODD, P. *Matching as an econometric evaluation estimator*. The Review of Economic Studies, 65. 1998.
- HECKMAN, J., ICHIMURA, H. & TODD, P. *Matching as an econometric evaluation Estimator: evidence from evaluating a job training programme*. The Review of Economic Studies, 64. 1997.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*, microdados. 2006.
- JATOBÁ, Jorge. *Brazilian women in the metropolitan labor force: A time series study across region and household status*. Série Seminários nº27/93. IPEA. 1993.
- JOHNSTON, J. & DINARDO, J. *Econometrics methods*. 4th ed. McGraw-Hill Editor. 1997.
- LAVINAS, Lena. *Perspectivas do emprego no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos*. CEPAL – Série Políticas sociais. 2000.
- LAVINAS, Lena. *Empregabilidade no Brasil: Inflexões de Gênero e Diferenciais Femininos*. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Rio de Janeiro, nº 826, set. 2001.
- LEONE, E.T. e BALTAR, P. *Diferenças de rendimento do trabalho de homens e mulheres com educação superior nas metrópoles*. Revista brasileira de Estudos Populacionais. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 355-367, Julho/Dezembro. 2006.
- LEONE, E. T.. *Padrões de Inserção Feminina na Região Metropolitana de São Paulo em 1997*. In: XII Encontro Nacional de Estudos de População - ABEP, 2000, Caxambu - MG. Anais do XII Encontro Nacional de Estudos de População. 2000.
- KILLINGSWORTH, M. R. & HECKMAN, J. J. *Female Labor Supply: A Survey*. In Orley Ashenfelter and Richard Layard , eds., Handbook of Labor Economics, vol. 1. 1986.

MARRI, I. e WAJNMAN, S. *Esposas como principais provedoras de renda familiar*. Trabalho apresentado no XV encontro nacional de estudos populacionais, Abep. Caxambu – MG. Setembro. 2006.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. *Relatório Tendências Globais de Emprego para Mulheres vê alguns avanços na condição das trabalhadoras no mundo*. 2006.

PAZELLO, Elaine Toldo; FERNANDES, Reynaldo. *A maternidade e a mulher no mercado de trabalho: Diferença de Comportamento entre Mulheres que têm e Mulheres que não têm filhos*. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia, 2004, João Pessoa. Anais do XXXI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia – ANPEC. 2004.

PAZELLO, Elaine Toldo. *A Maternidade Afeta o Engajamento da Mulher no Mercado de Trabalho?: Um Estudo Utilizando o Nascimento de Gêmeos como um Experimento Natural*. Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas, v. 36, p. 507-538. 2006.

RIOS-NETO, E. L. G. *O impacto das crianças sobre a participação feminina na PEA: o caso das mulheres casadas urbanas*. In: X Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Belo Horizonte: ABEP. 1996.

SCORZAFAVE, L. G. e MENEZES-FILHO, N. A. *Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes*. Pesquisa e Planejamento Econômico, v.31, n.3, p.441-478. Rio de Janeiro. 2001.

SOUZA, Marcelo de Oliveira. *Determinantes da oferta de trabalho da mulher casada: o caso brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Brasília. 2002.

SEDLACECK, G.L.; SANTOS, E.C.. *A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração de renda familiar*. IPEA, texto para discussão nº 209. 1990.

SOARES, S. e IZAKI, R. S. *A participação feminina no mercado de trabalho*. Texto para Discussão do IPEA, n. 293. Rio de Janeiro. 2002.

WAJNMAN, S. e RIOS-NETO, E. *Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina*. In: ROCHA, M. I. B. (Coord.). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, Editora 34. 2000.